

# Procuradoria-Geral de Justiça 100 dias de Gestão







Em nova iluminação comemorativa,  
Ministério Público do Pará celebra 130 anos.



## MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

**C**em dias de muito trabalho completados hoje, dia 20 de julho, em pleno transcurso dos 130 anos do Ministério Público do Pará.

É tempo de agradecer a disposição de toda a equipe, de membros e servidores, para continuar construindo o Ministério Público que precisamos ter e ser; é tempo de reiterar gratidão à minha classe pela oportunidade de contribuir mais uma vez para o fortalecimento da nossa instituição; é tempo, contudo, de modo ainda mais contundente, de ratificar compromissos.

Estamos todos em atividade intensa, pois temos plena consciência de que a exiguidade temporal nos exige dedicação redobrada, para que implementemos com qualidade o proposto em nosso plano de gestão e no planejamento estratégico do MPPA. A sociedade nos exige e merece resposta adequada e mais rápida.

Estamos avançando, em todas as áreas, mas quanto mais construímos, mais encontramos estradas a percorrer, até literalmente, a fim de continuar escrevendo a nossa bela história.

Caminhamos a passos largos para corresponder às expectativas, internas e externas, em todo caso, para manter soerguidos os princípios que sempre nos deram o norte e garantem a pujança de nosso estado e a respeitabilidade de nossa instituição, no Pará e no Brasil.

A adversidade nos fortalece e nos desafia, mas, infelizmente, deixa rastros de tristeza, pelo que uso do ensejo para empenhar solidariedade às famílias que sofrem e as enlutadas com as inestimáveis perdas havidas nestes tempos sombrios que vivenciamos. Sigamos, pois, juntos, em nossas democráticas diferenças, tentando convergir nas divergências, mas dialogando, em harmonia que nos permita superar os obstáculos, sempre de tormentosa superação. Obrigado!

César Bechara Nader Mattar Júnior  
Procurador-Geral de Justiça





O

Colégio de Procuradores de Justiça aprovou, no dia 5 de julho, à unanimidade, a realização do concurso público para membros do Ministério Público do Estado. A previsão é de 61 vagas para o cargo de Promotor de Justiça.

A aprovação autoriza a administração superior a realizar processo licitatório para a contratação de empresa para realização do certame. A sessão foi presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr.

O concurso está previsto no Plano de Gestão do Procurador-Geral César Mattar Jr. e segue as exigências da Lei Complementar 173/2020.



# MEMÓRIAS 130 ANOS DO MPPA

## DATA MAGNA

O Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará aprovou resolução reconhecendo o dia 22 de junho como data de criação oficial do Ministério Público do Estado, com base no art. 40 da Constituição Estadual de 1891 e o institui como data magna. A sessão extraordinária ocorreu no dia 21 de junho e o texto da resolução foi aprovado por unanimidade.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ COMPLETA 130 ANOS DE CRIAÇÃO E REALIZA ATO COMEMORATIVO

Em alusão a data histórica, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou Ato Comemorativo aos 130 anos do Ministério Público do Estado do Pará, no hall de entrada do prédio-sede da instituição, no dia 22 de junho. O evento foi prestigiado por membros e servidores, além de autoridades que transmitiram às felicitações em vídeos congratulatórios.

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. e os Subprocuradores-Gerais Ubiragilda Pimentel e Eduardo Barleta; o Corregedor-Geral, Manoel Santino; o Ouvidor-Geral, Adélio Mendes dos Santos e os Procuradores de Justiça, Jorge de Mendonça Rocha e Marco Antônio Ferreira das Neves assinaram a Resolução Nº 02/2021 que reconhece o dia 22 de junho como data magna do MPPA.



## ILUMINAÇÃO

Ainda na programação, houve o descerramento da Placa Comemorativa em alusão à data. A programação alusiva ao aniversário do MPPA iniciou no dia 21 de junho, com a iluminação do edifício-sede, na Rua João Diogo.



## RECONHECIMENTO

### MINISTÉRIO PÚBLICO RECEBE HOMENAGEM DA ALEPA PELOS SEUS 130 ANOS

O Ministério Público do Estado do Pará recebeu homenagem na Assembleia Legislativa do Estado, pelos seus 130 anos, no dia 25 de junho. A Reunião Solene aconteceu no Plenário Newton Miranda e reuniu membros, servidores e autoridades. A solenidade atendeu requerimento do presidente do Poder Legislativo, deputado Chicão e do Ouvidor-Geral da Alepa, deputado Raimundo Santos.

No início da reunião, o presidente da Alepa, transferiu simbolicamente a presidência da sessão ao Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr.

O presidente da Alepa, deputado estadual Chicão, enfatizou que é uma justa homenagem ao Ministério Público. “A instituição tem uma história de atuação em defesa da sociedade de muitos anos, e mais recentemente se descobre que o MPPA tem 130 anos de criação. A cerimônia é um reconhecimento da Alepa à

instituição que engrandece a democracia do nosso Estado e do nosso país”.

Ainda na cerimônia, o Ministério Público do Pará recebeu o Diploma “Homenagem Especial da Assembleia Legislativa do Estado”.

“Reitero a gratidão da nossa instituição ao Parlamento estadual pela deferência desta sessão especial, e que a jornada até aqui percorrida ao longo dos 130 anos, nos estimule a enfrentar os obstáculos dos anos vindouros. O Pará, suas instituições e seu povo são mais fortes e nós superaremos todos os desafios, como fizemos até aqui”, completou o Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr.

### DATA MAGNA DO MPPA NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Já no mês de julho, o presidente da Alepa, deputado Chicão, enviou proposição do projeto de Lei que visa transformar a data de 22 de junho como dia do MPPA.



## PROJETO DE INTERIORIZAÇÃO - CONHECER PARA MELHORAR

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA INICIA VISITA ÀS SEDES ADMINISTRATIVAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

Cumprindo mais uma meta do Plano de Gestão (2021-2023), o Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., iniciou o Projeto de Interiorização, com visitas entre os dias 30 de junho e 2 de julho, às sedes do Ministério Público do Estado, em Castanhal, São Caetano de Odivelas, Vigia, Curuçá, Marapanim, Maracanã, Igarapé-Açu e São Domingos do Capim.

Os Subprocuradores-Gerais de Justiça, Eduardo Barleta e Ubiragilda Pimentel se fizeram presentes e participaram da programação nas sedes administrativas. A diretora de obras do MPPA, Márcia Moraes, também acompanhou o Projeto de Interiorização.

A administração superior foi recebida por membros e servidores em todas as unidades. O objetivo do Projeto é ouvir as demandas e fomentar o diálogo com os Promotores de Justiça e o fortalecimento do Ministério Público do Estado.

“As visitas às Promotorias do interior do Estado constituem meta do nosso Plano de Gestão. Queremos estar mais próximos e fomentar o diálogo com membros e servidores. Nessa primeira etapa, visitamos oito Promotorias. Ouvimos as demandas e dificuldades de Promotores e Servidores. Precisamos fortalecer o Ministério Público em todo o Estado do Pará”, finalizou o Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr.



## APRIMORAMENTO INSTITUCIONAL

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA APRESENTA O PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL PARA O PERÍODO 2021-2029

A Subprocuradora-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa, Ubiragilda Silva Pimentel, entregou no mês de junho ao Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., o Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Estado (MPPA), para o período 2021-2029.

O PEI foi elaborado pela Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (Cogepe) do MPPA, que tecnicamente transformou as contribuições apresentadas pelos Procuradores e Promotores de Justiça e gestores dos departamentos, em ações perfeitamente alinhadas ao Plano Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O PGJ César Mattar Jr. já encaminhou o documento para apreciação do Colégio de Procuradores de Justiça.



## FLUXO DE TRABALHO

### COMISSÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APRIMORA GESTÃO

Nos primeiros 100 dias de gestão, houve intensificação da Gestão Eletrônica dos processos e procedimentos administrativos internos do Ministério Público, com mapeamento de dezoito novos fluxos de processos de trabalho e habilitação no GEDOC, substituindo os procedimentos físicos. Mais 179 fluxos foram mapeados para habilitação.

Também houve criação do Sistema Integrado de Gestão Interativa - SIGI, que visa implantar o processo de planejamento da gestão em todas as unidades do ministério público do Estado do Pará, tornando a instituição com estrutura integrada e organizada.

## MODERNIZAÇÃO

### MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTE EM TECNOLOGIA NA CAPITAL E INTERIOR DO PARÁ

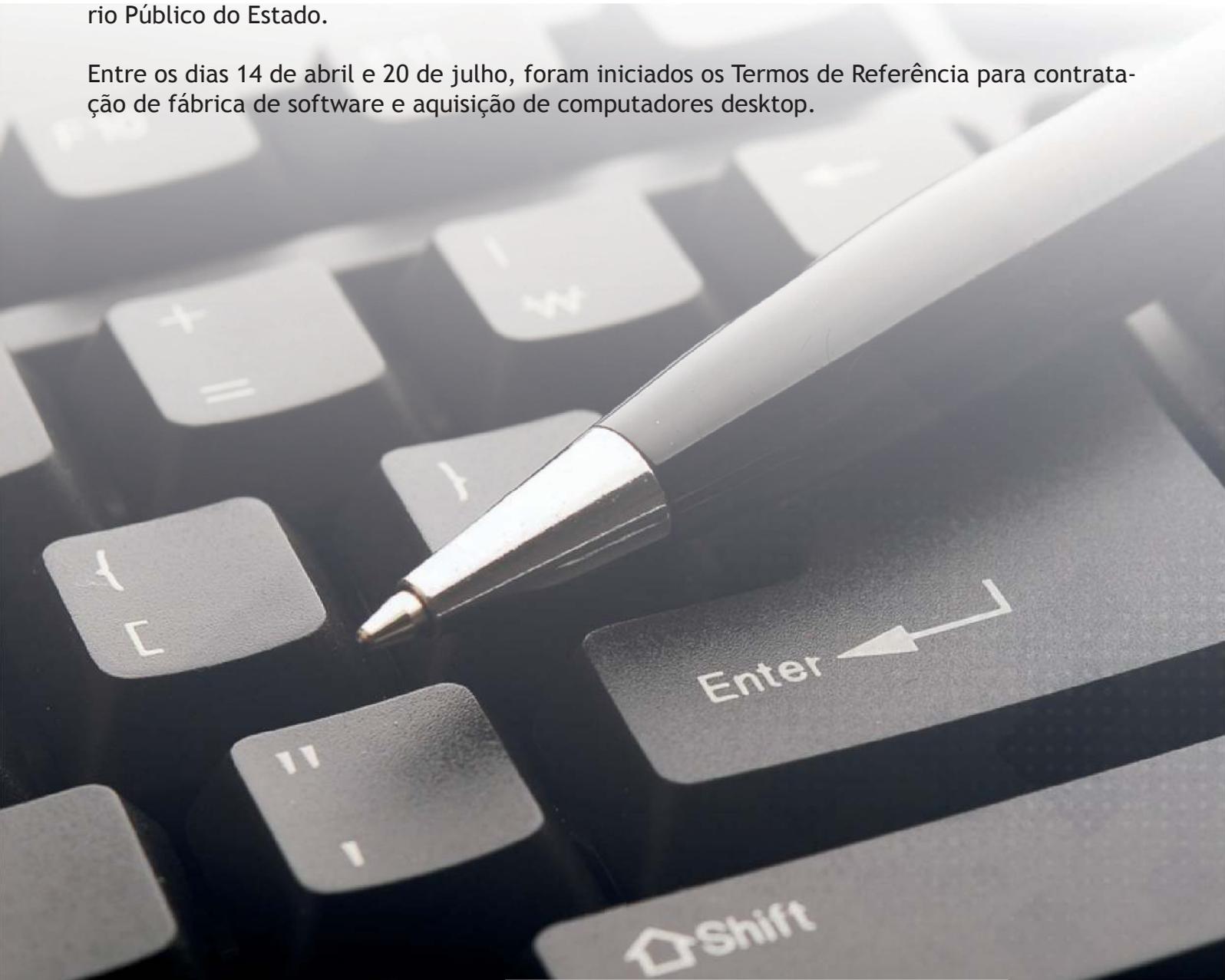


A Procuradoria-Geral de Justiça tem como uma das suas metas de gestão, a modernização do Parque Tecnológico da instituição, bem como, o investimento em comunicação e tecnologia. O principal objetivo é a melhoria do serviço disponibilizado à população do Estado.

Nos primeiros 100 dias, o Departamento de Informática do MPPA, realizou diversos avanços, onde destaca-se a distribuição de 117 computadores, 101 monitores e 21 impressoras para membros e servidores e contratação de internet local para as Promotorias de Justiça não atendidas pela Prodepa.

Ainda nesse período, foi iniciado estudo para evolução da Rede Wi-fi dos prédios que compõem a sede do Ministério Público. O MPPA também adquiriu computadores de alta performance, sistema de Firewalls (para aumentar a segurança da Rede) e de Nobreaks de 1.5 KVA's. O Departamento de Informática já iniciou processo de aquisição de suporte e manutenção do Datacenter e de diversos softwares e implantou melhorias nos sistemas utilizados pelo Ministério Público do Estado.

Entre os dias 14 de abril e 20 de julho, foram iniciados os Termos de Referência para contratação de fábrica de software e aquisição de computadores desktop.



## NOVAS AQUISIÇÕES

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA INVESTE EM COMUNICAÇÃO PARA MELHORIA DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

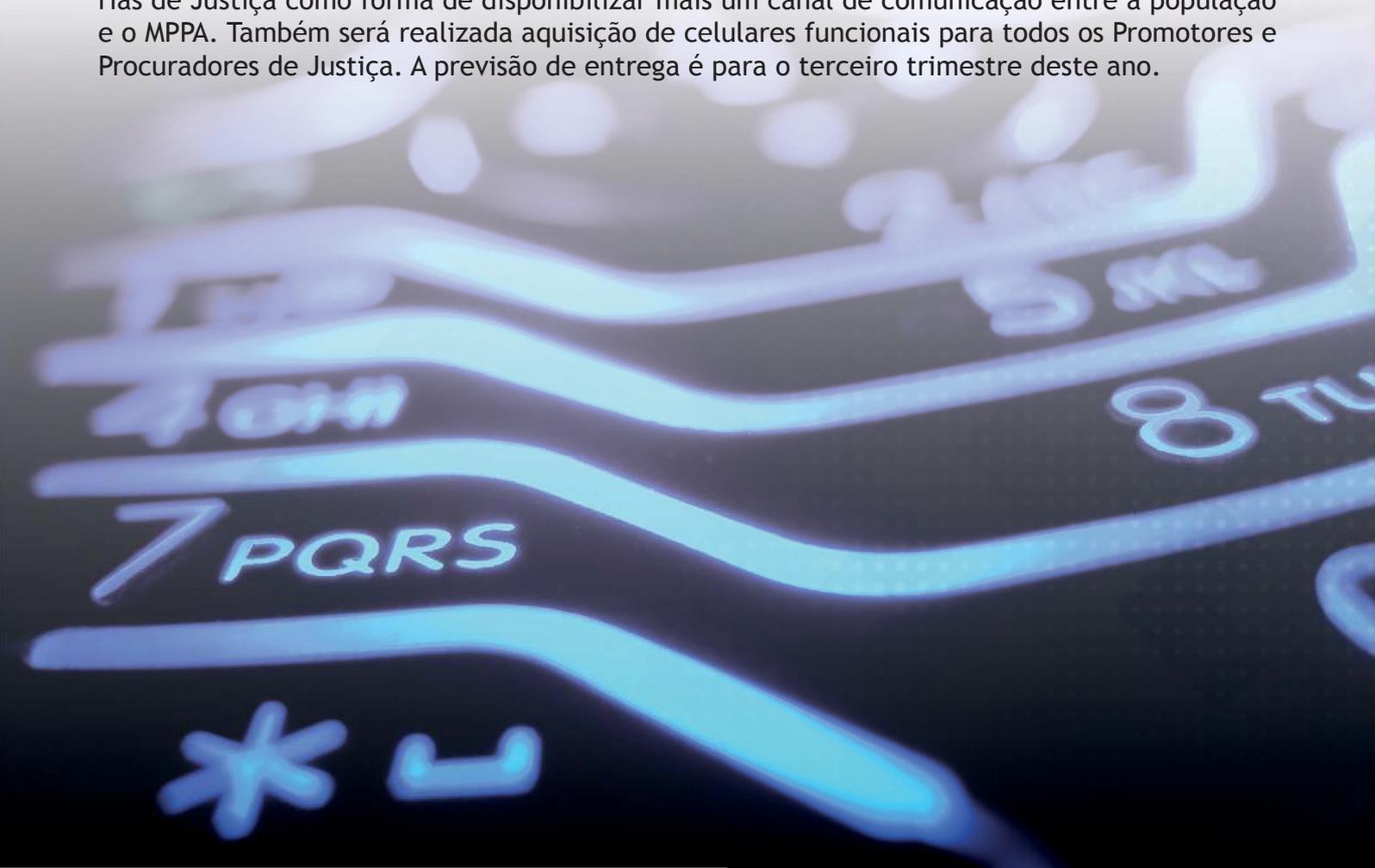
Nos primeiros 100 dias de gestão, a Procuradoria-Geral de Justiça do MPPA, já realizou diversas ações para aprimorar o trabalho de membros e servidores, e assim, garantir melhor serviço prestado à população do Estado.

Já estão em fase de elaboração os Termos de Referência para contratação de serviço terceirizado de limpeza e de veículos e motoristas para atender as unidades do interior do Pará, além o TR para aquisição de novos caminhões, vans e carros de membros e servidores na capital. As licitações devem ocorrer no segundo semestre de 2021. Também houve implantação do serviço de monitoramento, via GPS, da frota veicular do MPPA.



Dando prosseguimento às ações de combate a Covid-19 foi realizada distribuição de aproximadamente 5.000 máscaras cirúrgicas descartáveis, além da disponibilização de face shields e álcool em gel. Também já há processo para aquisição de máscaras padrão N95 e óculos de proteção individual.

Também há processo para aquisição de aparelhos celulares e de kits compostos com microfones, caixas de som e webcams que serão disponibilizados para todas as Procuradorias Promotorias de Justiça como forma de disponibilizar mais um canal de comunicação entre a população e o MPPA. Também será realizada aquisição de celulares funcionais para todos os Promotores e Procuradores de Justiça. A previsão de entrega é para o terceiro trimestre deste ano.



## PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS INTEGRANTES DO MPPA

Na atual gestão o Departamento Médico-Odontológico do Ministério Público do Estado (DMO) viabilizou avanços na promoção da saúde dos integrantes da instituição, garantindo a aplicação de imunizantes, a cessão de profissional de saúde para o cargo de enfermeiro e o encaminhamento de todos os processos licitatórios necessários para o regular funcionamento do departamento.

Após contatos com a Secretaria de Estado de Saúde (Sespa), foi realizado no mês de maio a 1ª Etapa da Campanha de Vacinação contra a Gripe H1N1, com um total de 76 imunizados. Em parceria com a Secretaria Municipal

de Saúde de Belém (Sesma) também já está programada a 2ª Etapa da vacina contra a Gripe H1N1 e Tríplice Viral, agendada para o dia 27 de julho.

A partir do dia 3 de maio o DMO já conta com uma nova profissional de saúde, com a cessão da servidora Simone Dias para ocupar o cargo de Enfermeira no departamento.

A equipe do DMO também já providenciou o andamento de todas as licitações previstas para o ano de 2021, que deram entrada até o dia 22 de junho.



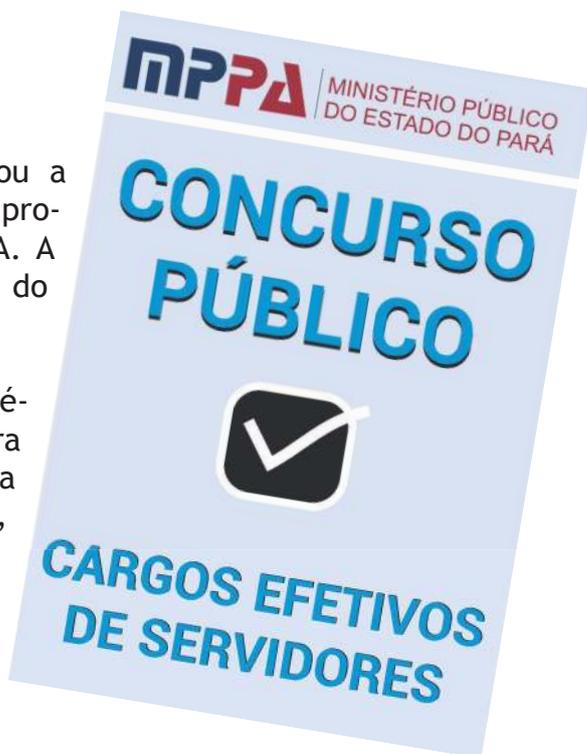
## DRH INICIA PROVIDÊNCIAS PARA CONCURSO PÚBLICO DE SERVIDORES

Departamento de Recursos Humanos já protocolou a solicitação de abertura de Concurso Público para provimento de cargos efetivos de servidores do MPPA. A realização do certame é uma das metas da gestão do Procurador-Geral César Mattar Jr.

Para atender as demandas das unidades do Ministério Público do Estado, o DRH já realizou a abertura de novos cadastros excepcionais de estagiários para as Regiões Administrativas Belém I (Administração, Ciência da Computação e Direito), Nordeste I (Administração), Nordeste III (Direito) e Sudeste I (Administração). Além disso, foi efetivada a solicitação de reajuste no valor da bolsa estágio para estagiários de nível médio e superior.

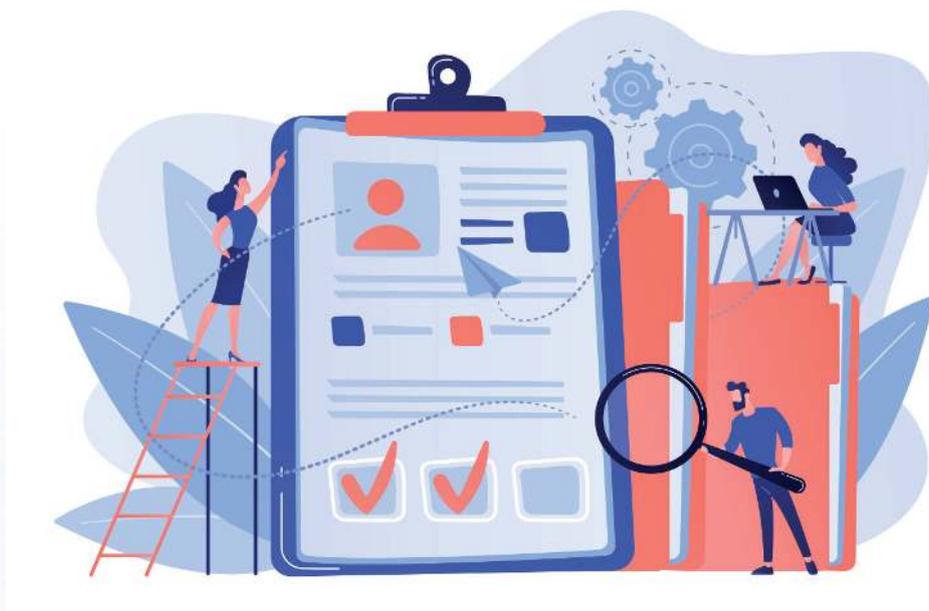
O DRH também já providenciou a retomada dos processos e procedimentos relativos às promoções de servidores pelos critérios de merecimento e antiguidade, bem como iniciou a análise sobre a realização de concurso de remoção de servidores.

Através de meio virtual foi possível confeccionar e assinar integralmente as Portarias, com a implantação do Sistema ATOS MPPA (Módulo Portaria). Outro avanço foi a utilização exclusivamente da categoria “Portarias”, que conferiu maior celeridade aos processos de nomeação, exoneração, promoção, aposentadoria, entre outros.



Nesse início de gestão já houve também o melhoramento do funcionamento das ferramentas do Sistema GOL RH e expansão de sua utilização com início de testes para implementação da justificativa de ponto pela chefia via Portal DRH.

Foi também concretizado o efetivo pagamento de plantões institucionais aos membros.



## ANTEPROJETO DO PCCR É FINALIZADO

Ainda nesses 100 dias, houve a finalização da análise do Anteprojeto de Lei do plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores dos Quadros Auxiliares e a Estrutura Organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico Administrativo do MP/PA.

## OBRAS EM ANDAMENTO

### MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTE EM REFORMAS E NOVAS SEDES DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça desde o dia 14 de abril trabalha no investimento de reformas e construções de sedes do Ministério Público do Estado na capital e interior do Pará.

Já estão com projetos em andamento, as Promotorias de Justiça de Tucuruí (sede polo), Capanema, São Miguel do Guamá, Itaituba (sede polo), Breves (sede polo), Benevides, Marapanim (transformação da Residência Oficial em sede de Promotoria de Justiça) e Curuçá (transformação da Residência Oficial em sede de Promotoria de Justiça).

No dia 15 de junho, a Subprocuradoria-Geral para área Técnico-Administrativa, e a diretoria de obras, realizaram visita à sede do Polo Tocantins, em Abaetetuba e Barcarena, com objetivo de definir a logística para o início das obras nos municípios.

Também já iniciaram as licitações para adaptações das residências oficiais em sedes nos municípios de Tucumã, São Domingos do Capim, Mãe do Rio e para construção das sedes de Cametá e Moju, além de desapropriações em Itaituba (construção da Sede do Polo), Santa Isabel, Mosqueiro, Terreno antiga Grisólia e Prédio Rofama.

O Departamento de Obras e Manutenção do MPPA também realizou aquisição de equipamentos de proteção individual de acrílico contra a COVID 19, para ambientes de atendimento ao público e o levantamento de demandas junto as Promotorias: Criminais, Cidadania e Cíveis, Infância e Juventude e de Crimes contra a ordem tributária.

Também foram realizados nos primeiros 100 dias de gestão, projeto de iluminação e revitalização dos prédios do MPPA no centro histórico. O Departamento também trabalha no anteprojeto para construção do prédio-sede do MPPA, na Avenida Almirante Barroso.

Ainda entre os dias 14 de abril e 20 de julho, na área de infraestrutura, iniciou levantamento de demandas, manutenção e reformas nas Promotorias de Justiça visitadas no Projeto de Interiorização, na região Nordeste I: Castanhal, Vigia, São Caetano de Odivelas, Marapanim, Maracanã, Curuçá, Igarapé-Açu e São Domingos do Capim.



## MP QUER SE CONHECER!

### MPPA PROMOVE 1º CENSO ÉTNICO-RACIAL

Entre os dias 10 de maio e 12 de junho, o Ministério Público do Estado do Pará promoveu o 1º Censo Étnico-Racial na instituição, por meio do Centro de Apoio Operacional Cível (CAO Cível) e da Comissão de Estudos, Debates e Combate ao Racismo em territórios quilombolas no âmbito do GT- Agrário.

Os dados, colhidos por meio de formulário disponível a membros, servidores, estagiários e terceirizados do Órgão por meio da intranet, foram compilados e encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 29 de junho.

O trabalho teve por escopo conhecer as pessoas que compõem a instituição e lançar bases para a análise e implementação de políticas afirmativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, dando cumprimento às diretrizes lançadas na Recomendação nº 40/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público.

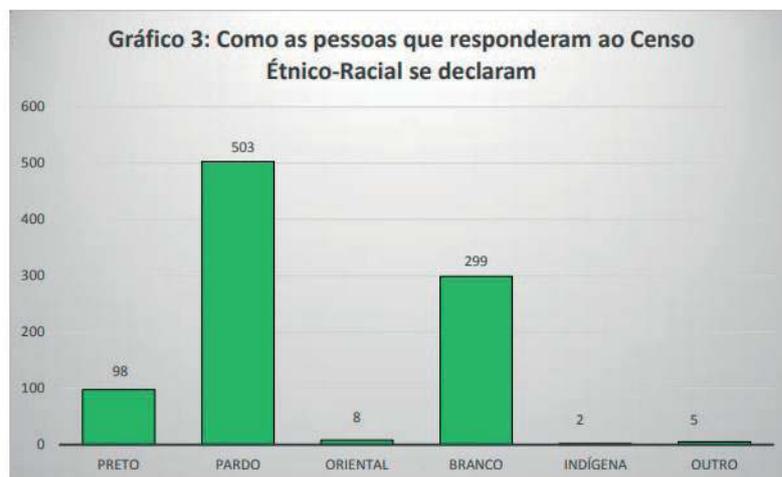
O Procurador-Geral de Justiça já autorizou a criação e nomeou os membros do Grupo de Trabalho específico para a pauta.

O CAO Cível é coordenado pela Promotora de Justiça, Daniela Moura.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ

Quem somos? O MP quer se conhecer!



Na Tabela 3 e no Gráfico 3, demonstra-se que mais da metade dos pesquisados declararam-se Pardos (54,97% / 503 pesquisados), 32,68% (299 pesquisados) Brancos e 10,71% (98 pesquisados) Pretos.

As demais raças declaradas totalizaram apenas 15 pesquisados.

## CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL REALIZA CURSOS VIRTUAIS

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público do Estado realizou entre os dias 12 de abril e 02 de julho, atividades e cursos virtuais para a capacitação de membros e servidores, além de ações para a ampliação das parcerias institucionais.

Com objetivo de fomentar o aperfeiçoamento funcional, cultural e profissional, o Ceaf promoveu cinco e coordenou quatro lives transmitidas pelo canal do Youtube do MPPA e plataforma ZOOM. Os temas abordados foram: Racismo e Sexismo no Sistema de Justiça; Sistema Prisional e População LGBTI+; Ministério Público como Instituição de Garantias da Democracia e Direitos Humanos; Curso de Processo Administrativo Disciplinar; Acordo de Não-Persecução Civil, entre outros temas.

Ainda nesse período, o Centro de Estudos atuou em parceria com o Departamento de Recursos Humanos para a realização do 1º Concurso de Fotografia do MPPA. Segundo o diretor geral do Ceaf, José Edvaldo Pereira Sales “o Ceaf está com diversos projetos em andamento, são eles: realização de curso de Gestão de Promotorias, Segurança e Inteligência Institucional; Nova Lei de Licitações, minuta para estágio de Pós-Graduação e cursos de especialização em direitos humanos e direito ambiental”.

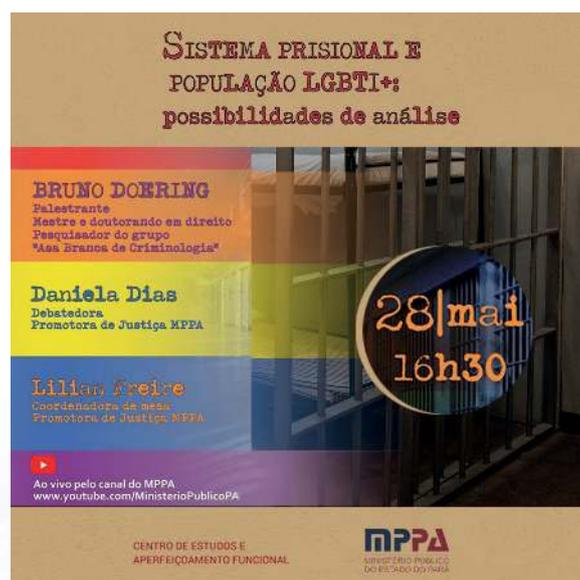


**5º CONCURSO DE FOTOGRAFIA DO MPPA, EDIÇÃO 2021**  
Tema: "A vida como ela é"

"Uma imagem, várias percepções"

**INSCRIÇÕES**  
De 01 a 30 de junho de 2021

**MPPA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ



**SISTEMA PRISIONAL E POPULAÇÃO LGBTI+: possibilidades de análise**

**BRUNO DOERING**  
Palestrante  
Mestre e doutorando em direito  
Pesquisador do grupo "Asa Branca de Criminologia"

**Daniela Dias**  
Debatedora  
Promotora de Justiça MPPA

**Lilian Freire**  
Coordenadora de mesa  
Promotora de Justiça MPPA

**28/mai**  
**16h30**

Ao vivo pelo canal do MPPA  
[www.youtube.com/MinisterioPublicoPA](http://www.youtube.com/MinisterioPublicoPA)

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

**MPPA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ



**RACISMO E SEXISMO NO SISTEMA DE JUSTIÇA: UMA VISÃO INTERSECCIONAL**

Palestrante

**LIVIA SANT'ANNA VAZ**  
Palestra de gênero de MP  
Doutoranda em Ciências Sociais na UFPA  
pesquisadora do grupo de pesquisa "Asa Branca de Criminologia"

**04/mai**  
**16h30**

Público-alvo:  
Integrantes do MP, órgãos da Justiça, redes de apoio e sociedade.

Debatedoras

**HERENA CORRÊA**  
Promotora de Justiça do MPPA

Coordenadora de Mesa

**LILIAN BRAGA**  
Promotora de Justiça do MPPA

**MPPA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

## COMISSÃO INICIA ESTUDOS PARA ALTERAÇÕES DA LEI ORGÂNICA DO MPPA

Aconteceu no dia 1º de junho, a reunião de instalação da Comissão de Estudos para Alterações da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). O Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr. participou da abertura dos trabalhos ao lado do presidente da Comissão, o Procurador de Justiça Waldir Macieira, no Plenário Octávio Proença.



“A nossa Lei (Lei Complementar 057/2006) realmente precisa de alguns ajustes. Mudanças necessárias para que o Conselho Superior, Corregedoria, Centros de Apoio Operacional, Promotorias, e demais unidades da administração e execução funcionem melhor, ou seja, para que os trabalhos do Ministério Público funcionem de forma mais adequada, e assim, haja melhor serviço destinado à população”, destacou o Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr.

Os Subprocuradores-Gerais, Antônio Eduardo Barleta e Ubiragilda Silva Pimentel, os Procuradores de Justiça, Geraldo Rocha e Dulcelinda Pantoja e os Promotores de Justiça, Edvaldo Sales (diretor geral do Ceaf), Alexandre Tourinho (Chefe de Gabinete PGJ) e o Presidente da Associação do Ministério Público, Márcio Maués Faria (Ampep) se fizeram presentes na reunião.

## CAODPP E CAO CRIMINAL ENTREGAM À PROCURADORIA-GERAL MINUTA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL E CRIMINAL

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., recebeu em seu gabinete, em junho, o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAODPP), Lauro Francisco da Silva Freitas Jr., e o coordenador do CAO Criminal, José Maria Gomes, para a entrega da minuta do Projeto de Acordo de Não Persecução Cível e Criminal, respectivamente. Os documentos serão encaminhados ao Colégio de Procuradores de Justiça para apreciação.

O acordo de não persecução é um instrumento moderno para solucionar, de forma rápida e consensual, conflitos na esfera cível e criminal, proporcionando celeridade na resolução dos casos considerados menos graves e a priorização do sistema de justiça para os casos mais graves. Além disso, gera economia processual e celeridade na realização da Justiça, reduzindo gastos públicos e a demora na tramitação de processos no poder judiciário.



## MINISTÉRIO PÚBLICO LANÇA O GUIA DE ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA AGRÁRIAS

O Ministério Público do Estado do Pará, lançou no dia 23 de junho, o Guia de Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça Agrárias. A obra foi entregue pelo Centro de Apoio Operacional Cível (CAO Cível) à Procuradoria-Geral de Justiça.

O Guia de Atuação foi elaborado pelo Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias e pelo Grupo de Trabalho “Conflitos Agrários e Fundiários no Pará”, com apoio do CAO Cível. O objetivo do exemplar é orientar os Promotores de Justiça que atuam na área agrária no Estado.

A cerimônia de entrega contou com a presença do Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr; do Subprocurador Geral de Justiça Eduardo Barleta; da Coordenadora do CAO Cível, Da-

niela Moura; das Coordenadoras auxiliares, Lillian Nunes e Mônica Cristina Melo da Rocha, da Coordenadora do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias, Ione Nakamura (autora do Guia); da assessora do Núcleo, Gracilda Leão; do chefe de Gabinete da PGJ, Alexandre Tourinho, da servidora do CAO Cível, Danielle Cardoso e do estagiário, Geovane Cardias.

“O Guia atende uma das metas do GT de Conflitos Agrários e Fundiários no Pará e visa subsidiar os Promotores de Justiça agrários na atuação extrajudicial. São diversos modelos de práticas de atuação exitosas que irão auxiliar o trabalho dos colegas”, ressaltou a Coordenadora do CAO Cível. Ainda no Ato, foi enviado a todos os Procuradores e Promotores de Justiça, o Guia em formato virtual.



## CNMP

### MEMBROS DO MPPA ACOMPANHAM OS TRABALHOS DA CORREGEDORIA NACIONAL NO PARÁ



O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr. e o Corregedor-Geral Manoel Santino Nascimento Jr., participaram no dia 19 de maio, da abertura dos trabalhos da Correição Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado do Pará. Em 2021 os trabalhos foram realizados de forma remota no período de 19 a 21 de maio. O objetivo da correição é analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais.

Também participaram pelo MPPA da abertura virtual dos trabalhos, o 2º Subcorregedor-Geral, Geraldo de Mendonça Rocha, o chefe de Gabinete da PGJ Alexandre Tourinho, o secretário do Conselho Superior Waldir Macieira, e os Promotores assessores da CGMP, José Haroldo Matos, Viviane Sobral, Leane Fiuza de Mello e Luziana Dantas.

Pelo CNMP estavam presentes na abertura virtual o Corregedor Nacional Rinaldo Reis Lima, que preside a correição, o Procurador do Trabalho e coordenador de Correições e Inspeções da Corregedoria Nacional, Alessandro Santos de Miranda e o membro auxiliar da Corregedoria Nacional, Marco Antônio Santos Amorim.

### MPPA PARTICIPA DE REUNIÃO VIRTUAL COM INTEGRANTES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Em visita institucional virtual ocorrida no dia 10 de junho, o Procurador-Geral de Justiça, em exercício, Eduardo Barleta, recebeu os integrantes da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O objetivo dessa comissão permanente do CNMP é o desenvolvimento de estudos de temas e realização de atividades específicas relacionados à sua área de atuação.

O presidente do CSP/CNMP, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, conduziu a visita institucional virtual. Ele estava acompanhado dos membros auxiliares da Comissão, Cláudia Braga Tomelin, Alexei Choi Caruncho e Eunice Carvalhido.

## SEGURANÇA INSTITUCIONAL

### INVESTIMENTOS NA SEGURANÇA É UMA DAS PRIORIDADES DA GESTÃO

Em cumprimento a um dos itens das metas de gestão da Procuradoria-Geral de Justiça referente à segurança institucional, o Gabinete Militar do Ministério Público do Estado cumpriu, nesses 100 dias, uma série de atividades em atendimento às necessidades das Promotorias de Justiça das Regiões Administrativas.

Desde o início da gestão em 12 de abril, até o dia 20 de julho, foram realizadas visitas em nove polos administrativos do MPPA: Ananindeua, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marabá, Parauapebas, Redenção, Santarém e Itaituba.

Durante essas ações, os integrantes do Gabinete Militar realizaram levantamento de necessidades de efetivo, logística e predial, visando a garantia da segurança tanto de membros, como dos servidores e da população que também utiliza os serviços do Ministério Público.

Os policiais militares e integrantes das Promotorias também instruíram e passaram noções de segurança contra incêndio e emergência. As instruções foram ministradas a um total de 79 pessoas, sendo 36 militares e 43 civis. Os treinamentos abrangeram 17 municípios, distribuídos em 6 polos.

A instalação de equipamentos de segurança é outra atividade que também avançou bastante nesse período. Já foram instalados desde o dia 12 de abril, cerca de 273, entre alarmes e câmeras.

O Gabinete Militar visando a segurança dos integrantes da instituição, realizou nesses 100 dias, cerca de 638 missões de escoltas e acompanhamentos.



## RESPEITO

### 1º GRUPO DE TRABALHO LGBTI É CRIADO E PROMOVE REUNIÃO PARA DEBATER PLANO DE ATUAÇÃO

No dia 1º de Julho, foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho LGBTI, instituído pelo Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., por meio da Portaria nº 1616/2021. O grupo é coordenado pelo Centro de Apoio Operacional Constitucional (CAO).

Na pauta do encontro foram expostas as ações do MPPA no cumprimento dessa agenda e a apresentação dos principais conceitos relativos à temática LGBTI. Além disso, foram feitos alguns encaminhamentos com objetivo de subsidiar o futuro plano de atuação do GT. A reunião foi presidida pela Coordenadora do CAO Constitucional, Ana Claudia Pinho.

Entre os objetivos do grupo, estão: analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do Ministério Público na defesa e implementação de direitos relacionados às pessoas LGBTI; instrumentalizar os integrantes do Ministério Público por meio de debates, experiências, coleta de dados e informações sobre temas relacionados às pessoas LGBTI; sistematizar conclusões dos assuntos debatidos e expedir relatório semestral das atividades do GT.



# CONSCIENTIZAÇÃO

## MPPA REALIZA AÇÕES EM ALUSÃO AO MAIO LARANJA

Durante as programações do “Maio Laranja”, instituído pela Lei Estadual n.º 8.618\2018, que dedica o mês às realizações de ações preventivas ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, o MPPA lançou a campanha “Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, uma Responsabilidade de todos. Não se Cale - Denuncie!”, coordenada pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), na ocasião, foi disponibilizado um roteiro com sugestão de atuação de medidas extrajudiciais e judiciais, contendo modelos de peças e coletânea de leis, portarias e guias completos, visando fornecer informações técnico-jurídicas, aos promotores de justiça, para facilitar a atuação na fiscalização da implementação da Lei n.º 13.431/2017, dentre as demais atividades realizadas pelo CAOIJ, está o Webinário “O Fenômeno da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Pará: Realidades e Desafios”, além de uma “Roda de Conversa”, com adolescentes, para debater o tema da violência sexual infantojuvenil, com os detentores do direito, que durou aproximadamente 04 (quatro) horas e contou com a participação de 20 (vinte) estudantes de escolas públicas e privadas do Estado do Pará, bem como de lideranças juvenis indicadas pelo UNICEF.



O CAOIJ produziu relatório destacando as principais atividades desenvolvidas durante o período do “Maio Laranja”, que foi entregue, em mãos, pela coordenadora do CAOIJ, para órgãos e instituições parceiras, buscando estreitar relações e fortalecer e ações conjuntas voltadas a área da infância e juventude.

Outrossim, No dia 20 de maio, a Coordenadora do CAOIJ, Dra. Mônica Freire, participou de reunião com a deputada estadual Ana Cunha, presidente da Comissão Permanente em Defesa da Primeira Infância, da Criança e Adolescente da ALEPA, oportunidade em que entregou o relatório do maio laranja, repassando as solicitações realizadas durante os eventos, visando fomentar o debate na casa legislativa sobre a edição de leis e atos normativos, para o enfrentamento da violência sexual e, de outras formas de violência contra crianças e adolescentes, criando-se uma Cultura de Paz.

Por fim, foi criado calendário institucional unificado, com as atividades realizadas em diversas promotorias de justiça do estado, por meio da mobilização dos membros do MPPA, que aderiram maciçamente a campanha e desenvolveram várias ações em seus municípios de atuação.



## FORTALECER O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO É UMA DAS METAS DA GESTÃO

Uma das metas de gestão do Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr. é fortalecer e ampliar as atividades do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Em cumprimento ao estabelecido a coordenadora Ana Maria Magalhães, primeira mulher a comandar o Gaeco, os promotores auxiliares Muller Marques Siqueira, Thiago Sanandres, Carlos Alberto Lopes e Bruno Saravalli Rodrigues e equipe técnica têm procurado fomentar a atuação em parceria com outras instituições de controle e de investigação, para estabelecer uma troca de experiências e a realização de boas práticas entre as instituições.

Com esse intuito já foram efetivadas visitas institucionais e de trabalho ao Ministério Público de Contas (MPC-PA), Gaeco do MPSP, entre outras instituições que atuam na investigação e na área de inteligência.

O Gaeco do MPPA também já recebeu pedidos de providências de grupos da sociedade civil que vieram relatar crimes cometidos pelo crime organizado, como por exemplo o roubo de gado no arquipélago do Marajó.

Integrantes do Gaeco participaram também do “Curso de Inteligência, Investigação Financeira e Crimes Cibernéticos”, oferecido pela Polícia Civil, que possibilitou o aprimoramento da equipe para o enfrentamento dos crimes modernos, em especial os financeiros e cibernéticos. O Grupo também realizou reunião com a Polícia para traçar metas de combate à exploração Sexual infantil.

A Proposta de nova resolução para reger o GAECO foi apresentada ao PGJ e ao Colégio de Procuradores de Justiça do MPPA, se aprovada pelo CPJ significará um relevante avanço no combate às organizações criminosas, crimes complexos e apoio aos membros do interior do Estado. O Gaeco também apresentou ao PGJ e que já providenciou encaminhamentos necessários para aprovação de uma exposição de motivos com o estudo que comprova a necessidade de criação da Promotoria de Combate às organizações criminosas para atuar junto à Vara especializada. Ainda nesses 100 primeiros dias de Gestão, o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado criou um fluxo para viabilizar o auxílio aos Promotores de Justiça do interior que estejam investigando crimes complexos ou que impliquem em risco para suas integridades físicas e regulamentou os empréstimos dos carros a serviço do Gaeco para outros membros ou setores.



## COMBATE À VIOLÊNCIA

### MINISTÉRIO PÚBLICA LANÇA CARTILHA DE CRIMES CONTRA A MULHER

O MPPA, por meio do Núcleo da Mulher, Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar e a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), lançou no dia 14 de abril, a Cartilha de Crimes contra a Mulher.

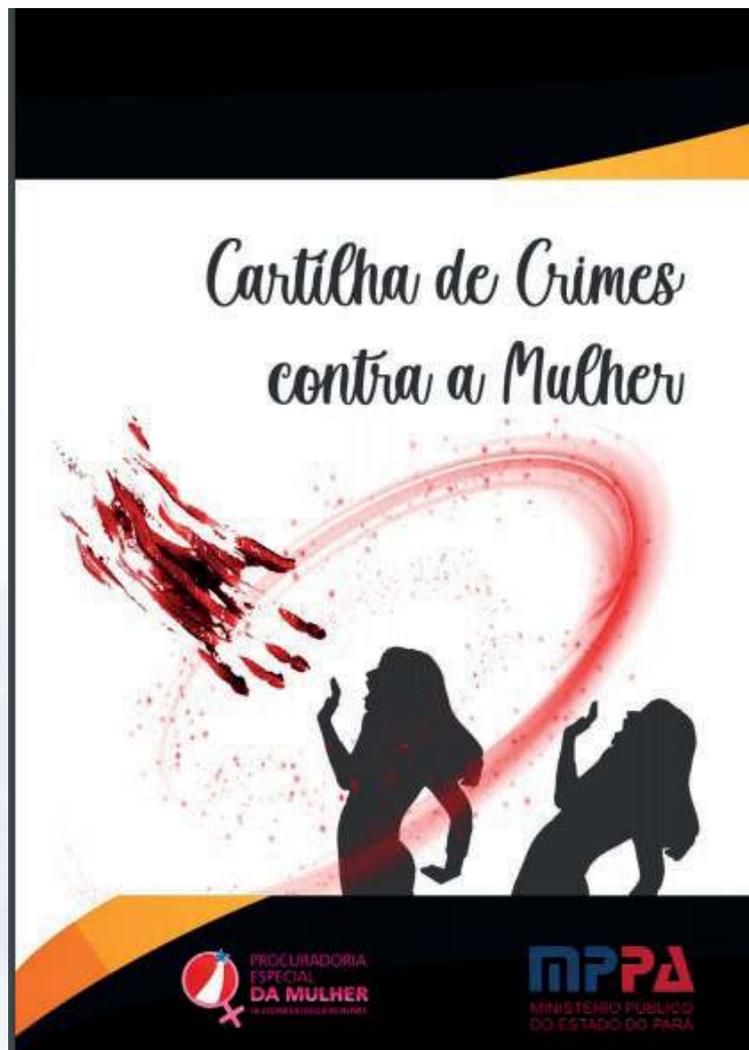
A cartilha é um novo instrumento de informação, que consiste em um resumo dos principais crimes que podem ser praticados contra as mulheres com base na legislação pertinente e em materiais bibliográficos disponíveis.

O conteúdo foi elaborado a partir da contribuição de diversos órgãos da rede de proteção à mulher. O principal objetivo é direcionar e orientar os profissionais que trabalham na linha de frente do atendimento às mulheres em situação de violência doméstica no estado do

Pará: policiais civis e militares, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da área de saúde e quem mais tiver interesse na causa.

Além disso, a cartilha é um instrumento para compartilhar conhecimentos, relatar experiências positivas e boas práticas que possam contribuir para a prevenção da ocorrência e do agravo e o enfrentamento da violência contra as mulheres. Tendo em vista que os crimes contra mulher tiveram um aumento desde o começo da pandemia em 2020, segundo a Secretaria de Segurança Pública (Segup), os casos de feminicídio no Pará aumentaram 40% no ano passado.

O Núcleo da Mulher é coordenado pela Promotora de Justiça Vyllya Sereni



## CARTILHA DIGITAL É DISPONIBILIZADA PELO GSI



A cartilha digital de apresentação do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do COAF descreve uma das principais ferramentas de apoio nas investigações de crimes relacionados a “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98).

O material explica de forma resumida o papel do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), uma Unidade de Inteligência Financeira (UIF) do Brasil que recebe alertas, examina e identifica ocorrências suspeitas de possíveis atividades ilícitas e as comunica às autoridades competentes para subsidiar instauração de procedimentos investigatórios cíveis e/ou criminais.

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), através do controle e planejamento da Sub Coordenadora Erika Menezes, faz a difusão de RIFs recebidos de ofício do COAF.

### UNIDADE TAMBÉM PEDIU MANDADOS DE PRISÃO

#### SANTA IZABEL DO PARÁ

Pedidos para efetuar a prisão de acusado de crime de estupro e estupro de vulnerável partiu da Promotoria de Justiça de Santarém Novo, que solicitou ao GSI que desse cumprimento ao mandado judicial, em atenção ao disposto no Art. 2º, inciso VII, alínea “h”, da Resolução nº 012/2017-CPJ, compete ao GSI o planejamento e execução de operações para cumprimento de mandados judiciais de prisão e de busca e apreensão.

#### MARITUBA

Acusado de crime de Homicídio, o preso foi apresentado na Seccional do município de Marituba. O pedido de colaboração vindo do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) foi encaminhado ao Gaeco/MPPA, que solicitou ao GSI que desse cumprimento ao mandado judicial, pois conforme disposto no Art. 2º, inciso VII, alínea “h”, da Resolução nº 012/2017-CPJ.

## GSI BUSCA APRIMORAR E MODERNIZAR OS SISTEMAS DO MPPA

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional do Ministério Público do Pará (GSI) realizou visitas institucionais ao Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI/MPDFT), a Secretaria de Segurança Institucional (SSI/MPDFT) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público de Goiás (CSI/MPGO), Coordenadoria de Segurança e Inteligência do Ministério Público do Rio de Janeiro (CSI/MPRJ),

e a Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público da Bahia (CSI/MPBA).

As visitas institucionais realizadas pelo Coordenador do GSI Carlos Stilianidi Garcia, visaram trocar experiências práticas nas áreas de inteligência, segurança institucional e o uso de técnicas especiais de investigação (interceptação telefônica, telemática, extrações de dispositivos informáticos, quebra de sigilos bancários e fiscais, entre outras medidas) pelo Ministério Pú-

blico, inclusive com tratativas para celebração de acordo de cooperações técnicas.

Esses Ministérios Públicos foram escolhidos por utilizarem um modelo organizacional semelhante ao do Ministério Público do Pará que, desde a edição da Resolução nº 012/2017-CPJ, concentrou no GSI/MPPA as atividades de inteligência, segurança institucional e apoio à investigação/processo mediante técnicas especiais.



## MEIO AMBIENTE

### MPPA LANÇA CARTILHA SUSTENTÁVEL

O Ministério Público do Estado, por meio do Centro de Apoio Operacional (CAO) Ambiental Coordenado pela Promotora de Justiça Albely Lobato, lançou em julho, a Cartilha Sustentável n° 01/2021. O material integra a atividade de educação ambiental do MP Sustentável na execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do MPPA. A Cartilha tem como principal objetivo, o incentivo ao uso sustentável de papel, água e energia e a redução e destinação adequada de resíduos sólidos para a população.



### MINISTÉRIO PÚBLICO INTENSIFICA AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Em maio, o Ministério Público do Pará participou do Encontro das Forças-Tarefas dos Ministérios Públicos dos Estados da Amazônia Legal. A reunião permitiu o debate entre os MPs e o MPF para aprimorar suas atuações em relação à preservação da Amazônia Brasileira. A ação foi fruto do Acordo de Resultados em Defesa da Amazônia, firmado pelos Procuradores-Gerais de Justiça dos MPs que compõem a Amazônia Legal.

O MPPA celebrou, em junho, o “Mês do Meio Ambiente”, onde ocorreu uma série de ações para intensificar a preservação, fiscalização e restauração das áreas ambientais no Estado. Ainda no primeiro dia do mês, o MP assinou um Termo de Cooperação Técnica em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que permitirá o compartilhamento de dados essenciais no combate à degradação ambiental.

O GT Desmatamento tem como finalidade básica a análise das ações necessárias ao combate ao desmatamento e queimadas ilegais no Estado do Pará. Pela relevância do GT e sua sinergia com a ação de enfrentamento nesse tema, ele foi reestruturado pela atual gestão em abril de 2021 (Portaria n° 0950/2021-MP/PGJ), passando a ser coordenado pelo CAO Ambiental, focando suas ações nos 10 dez municípios que mais desmatam.

A comissão MP Sustentável começou a elaborar uma reedição da cartilha do MP Sustentável, bem como novas possibilidades para redução do desperdício no Ministério Público.



## OUVIDORIA

### NOVO OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO É EMPOSSADO

O Procurador de Justiça, Adélio Mendes dos Santos, foi empossado no dia 24 de junho, no cargo de Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A cerimônia ocorreu no auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e reuniu membros, servidores e autoridades.

O novo Ouvidor foi eleito, por unanimidade, no dia 21 de junho, em sessão extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça. Adélio Mendes dos Santos é membro do Ministério Público há 37 anos.

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., presidiu a sessão solene de posse. Também compuseram o dispositivo oficial, o Corregedor-Geral do MPPA, Manoel Santino; o Ouvidor da Assembleia Legislativa do Estado, Raimundo Santos; o Ouvidor-Geral do Estado, Arthur Houat; a Ouvidora-Geral do município de Belém, Márcia Kambara e o Ouvidor-Geral do município de Ananindeua, Robson Barbosa.



## FÓRUM

### MINISTÉRIO PÚBLICO FORTALECE PACTO PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Em maio, o Ministério Público deu início às reuniões que debateram o Fórum da Educação no campo, até então sem regimento, onde em sua maioria, participava membros do Movimento Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagri) e os atingidos por barragens.

As reuniões resultaram no resgate do projeto Pacto pela Educação, reformulando-o para incluir outros movimentos sociais, como os povos indígena e quilombola, além de se tornar uma ação interinstitucional, envolvendo o Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria

Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DPE), Assembleia Legislativa do Estado (Alepa), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), entre outros.

O Pacto pela Educação no Campo foi construído com base nas sugestões das instituições que o integram. O projeto discute pontos como transporte escolar, descumprimento do número mínimo de dias de ano letivo, alimentação escolar, em especial a iniciativa CATRAPOVOS que tem como objetivo o mínimo de 30% da produção familiar nos alimentos ofertados em escolas, respeitando a alimentação de cada povo, entre outras questões.



## GRATIDÃO

### MINISTÉRIO PÚBLICO INAUGURA SALA DOS APOSENTADOS NO PRÉDIO-SEDE



O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., inaugurou no dia 24 de junho, a Sala dos Aposentados. O espaço está localizado no prédio-sede do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA). A cerimônia de inauguração reuniu membros e servidores da instituição e integrou as comemorações alusivas aos 130 anos do Parquet Estadual.

Em seu discurso, o chefe do MPPA, César Mattar Jr., destacou que “o Ministério Público do Estado do Pará expressa a sua gratidão aos membros e servidores aposentados, com a inauguração da Sala. Uma homenagem aqueles que construíram e continuam a edificar a nossa instituição de ontem, de hoje e de sempre. Esperamos que esse espaço jamais fique vazio”.

A Placa em homenagem à sala dos aposentados foi descerrada pelo PGJ e pela Procuradora de Justiça aposentada, Wanda Luczynski.



A ex-Procuradora-Geral de Justiça (1989 a 1992 e 1993 a 1995), Edith Marília Maia Crespo, representou os membros aposentados e discursou na solenidade. “Agradeço a sensibilidade do Dr. César Mattar por este momento tão especial. Nossos colegas que não estão mais na ativa ficam orgulhosos e emocionados com a homenagem. O Ministério Público do Pará precisa ser uma instituição cada vez mais forte”.

As Procuradoras de Justiça aposentadas, Iolanda Parente, Alayde Teixeira

Corrêa, Edna Guilhermina Santos e Ester de Moraes Neves também estiveram na inauguração.

## PROCURADORIA-GERAL PROMOVE REAJUSTE DA TABELA POR FAIXA ETÁRIA DO AUXÍLIO-SAÚDE

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., expediu a Portaria nº 1860/2021, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de julho de 2021, fixando novos valores para o Auxílio-Saúde do Ministério Público do Estado, de acordo com a faixa etária dos beneficiários.

A portaria da Procuradoria-Geral vai ao encontro do pleito dos integrantes da instituição, pois a Administração Superior considera que o reajuste é fundamental para recomposição do Auxílio-Saúde, considerando que os gastos nessa área estão mais acentuados com a pandemia da covid-19.

O novo valor será pago retroativo ao período de dezembro/2019 a junho/2021, em parcela única, na folha de julho.

A medida foi tomada de acordo no artigo 7º da Lei nº 8.330/2015, de 30/12/2015, que instituiu o Auxílio-Saúde e considerando os limites impostos pelo artigo 8º, VI e VIII da Lei Complementar nº 173/2020, de 27/5/2020. O índice utilizado para fixar os novos valores foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**DIÁRIO OFICIAL**  
República Federativa do Brasil - Estado do Pará  
Belem, Segunda-feira  
12 de julho de 2021  
80 Páginas

**NESTA EDIÇÃO**

EXECUTIVO			
GABINETE DO GOVERNADOR	PÁG. 4	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 4	CENTRO DE PRÉCATORIOS CERTIFICADOS NOVOS CRANES	PÁG. 22
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PÁG. 5	EMPENHAMENTO DE INDEVIDOS DO ESTADO DO PARÁ	
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	PÁG. 6	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PÁG. 7	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 7	FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ	
INSTITUTO DE SUPORTE PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 8	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	
INSTITUTO DE SUPORTE PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 8	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PÁG. 9	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DECRETOS HUMANOS	
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA	PÁG. 11	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, RIBURBAÇÃO E SERRARIA	
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	PÁG. 21	EMPRESA DE TRANSPORTES E ECONÔMICO DO PARÁ	
INSTITUTO PARANÁ DE INVESTIMENTOS E HEMATOLOGIA DO PARÁ	PÁG. 22	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
INSTITUTO PARANÁ DE INVESTIMENTOS E HEMATOLOGIA DO PARÁ	PÁG. 24	EMPRESA DE TRANSPORTES E ECONÔMICO DO PARÁ	
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES	PÁG. 26	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	PÁG. 82
EMPRESA DE TRANSPORTES E ECONÔMICO DO PARÁ	PÁG. 26	FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	PÁG. 83
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DA PISCICULTURA	PÁG. 26	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 83
INSTITUTO DE TRIBUTOS DO PARÁ	PÁG. 27	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	PÁG. 84
AGÊNCIA DE DEFESA AGRÍCOLA DO PARÁ	PÁG. 27	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PÁG. 85
EMPRESA DE INOVAÇÃO TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 27	MINISTÉRIO PÚBLICO	PÁG. 86
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	PÁG. 28	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 86
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 28	MUNICÍPIOS	PÁG. 87
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	PÁG. 29	PARTICULARES	PÁG. 88
CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DO PARÁ	PÁG. 29	EMPRESARIAL	PÁG. 89

**AUXÍLIO  
SAÚDE  
ATENÇÃO**

## FOMENTO DA DISCUSSÃO DE TEMAS RELEVANTES POR MEIO DE LANÇAMENTO DE CARDS INFORMATIVOS

Buscando intensificar a comunicação com a sociedade, considerando a dinâmica da comunicação atual, principalmente, por meios digitais, como o whatsapp, o CAOIJ criou os cards temáticos, para incentivar os debates em temas relevantes, através de uma linguagem simples, difundindo a informação, para além dos promotores de justiça, alcançando a Rede de Proteção e, sensibilizando a população para o compromisso constitucional previsto no art. 227, segundo qual é dever de todos, sociedade, Estado e família, a responsabilidade de garantir os direitos infantojuvenis. Já foram até o momento lançados os cards do Dia Nacional da Adoção (25 de maio), Dia Nacional do Teste do Pezinho (6 de junho) e Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho).



**MPPA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional  
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude



**MPPA**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

## PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS CAOS

A Supervisão Administrativa dos Centros de Apoio Operacional, como primeiro compromisso assumido, apresentou ao Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., uma minuta de projeto para alteração das atribuições dos Centros de Apoio Operacional. A minuta já foi encaminhada ao Colégio de Procuradores de Justiça e será colocada para votação, após a análise do colegiado.

Para chegar à versão final da minuta a Supervisão dos CAOs realizou um levantamento dos atos normativos em todos os Ministérios Públicos que continham um CAO ou núcleo de apoio técnico, a fim de apresentar aos demais coordenadores a proposição de criação de uma unidade com essa estrutura e promover o desenvolvimento das atividades pelo GATI com uma coordenação exclusiva, em razão de que atualmente há a cumulação de funções do Promotor de Justiça que atua como supervisor, coordenador de CAO e do GATI.

Com isso, a proposta prevê a criação de um oitavo CAO, o CAO Técnico, que terá como principais atribuições a coordenação do GATI, contribuindo para o aprimoramento do fluxo das solicitações de apoio técnico do grupo interdisciplinar, e conseqüente incremento nas

respostas aos órgãos de execução, bem como desenvolver o projeto de gestão de promotorias.

As principais inovações acerca da estruturação dos Centros de Apoio dizem respeito à reformulação do CAO Constitucional, que passará a se chamar CAO de Direitos Humanos, o qual terá como atribuições, dentre outros temas, a diversidade étnico-racial, desigualdade de gêneros e a proteção a grupos vulneráveis, como a população LGBTI; diversidade cultural e religiosa, pessoas em situação de rua; pessoas em condições análogas à escravidão e tráfico de pessoas; pessoas idosas; pessoas com deficiência; comunidades tradicionais; questões agrárias e fundiárias; deslocamentos compulsórios decorrentes de grandes projetos na Amazônia, atendimento humanitário aos imigrantes/refugiados, dentre outros.

Ainda sob a vinculação desse CAO estão o Núcleo Mulher e Núcleo de Defesa das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, os quais não sofreram alterações em suas atribuições. O Núcleo Agrário também passa integrar esse CAO.

Outra inovação, trata-se da proposta de cria-



ção de um Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial no CAODH, promovendo uma reparação histórica quanto à discriminação racial e social por muito tempo desprezada pelo Estado, acatando a diretriz da Recomendação nº 40 do CNMP, de 09/08/2016.

O CAO Criminal, transforma-se no Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal, e Controle Externo da Atividade Policial, com atribuição não apenas na orientação de medidas de cunho repressivo quanto da ocorrência de infrações criminais, abrangendo o acompanhamento da política criminal, de forma a subsidiar as Promotorias de Justiça visando a prevenção de crimes e a análise de medidas que contemplem a eficácia corretiva em busca da plena ressocialização de autores de crimes, assim como a participação na política o enfrentamento à violência contra mulher e apoio às vítimas de crimes violentos.

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude atuará especificamente na proteção de direitos infanto-juvenis previstos na Constituição Federal, na norma internacional, no Estatuto da criança e adolescente, e, no que concerne aos crimes, a atuação estará alinhada a súmula nº 13 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O CAO Cidadania passa a denominar Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais da Educação, Saúde e da Assistência Social com a finalidade de subsidiar a atuação dos membros do Ministério Público nessas temáticas que são rotineiras nas audiências públicas, em que a sociedade requisita uma maior análise e interação contínua com o Estado, principalmente na educação e na saúde.

Por fim, destaca-se a inclusão das políticas públicas voltadas aos direitos dos animais nas atribuições do Centro de Apoio Operacional Ambiental, visando contribuir com a atuação dos membros.

O CAO de Defesa do Patrimônio Público passará para Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Sonegação Fiscal.

Os CAO's atualmente são coordenados pelos Promotores de Justiça, abaixo:

CAO Ambiental - Albely Lobato

CAO Criminal - José Maria Gomes

CAO Infância e Juventude - Mônica Freire

CAO Cidadania - Ângela Balieiro

CAO Cível - Daniela Moura

CAO Constitucional - Ana Cláudia Pinho

CAO Defesa do Patrimônio Público - Lauro Freitas

## APRIMORAMENTO

### NUPEIA BUSCA FORTALECER PARCERIA INSTITUCIONAL

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição - Nupeia participou de reuniões com diversas finalidades, como a readequação do seu planejamento estratégico, a participação e organização de atividades na V Semana de Conciliação com o Nupemec/TJPA, as Tratativas de Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, bem como, reunião com Núcleo de Autocomposição de São Paulo - Nuipa.

No dia 02 de junho, o Nupeia participou do Webinar “Construindo pontes virtuais pela cidadania”, no qual a Coordenadora, Promotora de Justiça Socorro de Maria Pereira Gomes dos Santos, foi destacada como uma das palestrantes do evento.

O Nupeia busca fortalecer parceria entre as duas instituições (Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado) objetivando a implementação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos e Interesses.



## AUDIÊNCIA PÚBLICA COLHE INFORMAÇÕES SOBRE PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E IDOSA

O Ministério Público do Estado promoveu, no dia 24 de junho, uma audiência pública para ouvir a sociedade e colher informações para a elaboração do Plano de Ações da instituição, voltado às pessoas com deficiência e às pessoas idosas.

Promotores de Justiça, representantes do Poder Legislativo, de outros órgãos públicos e da sociedade civil participaram da audiência, que ocorreu de forma híbrida, com participantes no auditório Nathanael Farias Leitão, localizado no edifício-sede da instituição e outras pessoas na plataforma on-line.

A promotora de Justiça Ângela Maria Balieiro Queiroz, Coordenadora do CAO Cidadania, foi a articuladora da audiência pública, junto com os demais Promotores de Justiça que atuam na área. A meta é identificar esses pontos e implementar ações que venham a solucioná-los ao longo do tempo.





